

A inflação no mês de março deverá ficar entre 6 e 7%, e o valor das ORTNs em maio subirá 5,5%, elevando os reajustes dos aluguéis para 90,83%.

Veja como os empresários e o nosso comentarista analisam essa situação.

Economia - Brasil

Novos números da nossa economia

A aproximação da Copa do Mundo está reativando os negócios no setor eletro-eletrônico, sobretudo em razão do aumento das vendas de rádios e televisores. Mas as estatísticas já disponíveis sobre o comportamento da economia este ano confirmam que o País continua em recessão. Este fato, e mais a inflação elevada, está provocando novas críticas dos empresários à política econômica.

O próprio governo parece estar sendo obrigado a agravar o problema inflacionário. Ontem, os ministros Ernane Galvães e Delfim Neto elevaram o valor das ORTNs de maio acima das expectativas: 5,5% (leia abaixo), índice superior aos 5% de fevereiro e março e aos 5,2% de janeiro.

Por sua vez, o secretário de Abastecimento e Preços, Júlio César Martins, admitiu, ao final de uma reunião com representantes dos supermercados, que "a inflação de março será alta, devendo situar-se entre 6 e 7%". Mas a taxa anual continuará caindo pelo 12º mês consecutivo.

No entanto, o declínio da atividade produtiva é bem mais acentuado. Segundo o Banco Central, em janeiro a produção de petróleo cresceu 30,7%, mas a indústria automobilística acusou uma retração de 26%; a indústria de tratores, de 61,5%; a de borracha natural, de 8,6%; a de borracha sintética, 10,5%; e a de aço bruto, 17,8%; a de aços laminados, 19,3% e o consumo industrial de energia elétrica diminuiu 6,1%.

Em comparação com o mesmo mês do ano passado, a produção de caminhões chegou a cair 71,2%, e a de ônibus, 68,7%. Em termos absolutos, as vendas da indústria automobilística no mercado interno diminuíram em 24.201 unidades e as exportações registraram menos 1.496 veículos embarcados.

Preços em alta

Já a reativação do setor eletroeletrônico foi acompanhada de um aumento médio de 7% nos preços de rádios e televisores, nas três primeiras semanas de março. Os representantes dos supermercados também informaram a Júlio César Martins que, em São Paulo, no mesmo período, os alimentos subiram 3,7% e os artigos de higiene, 3,6%. No Rio de Janeiro, o preço da alimentação cresceu 4,2%.

O secretário de Abastecimento e Preços reconhece que a inflação de março terá variadas pressões: a segunda parte do reajuste dos derivados de petróleo decidido em fevereiro será contabilizado agora, o mesmo acontecendo com a liberação pelo CIP dos preços de pelo menos 150 medicamentos; o aumento das anuidades escolares; o reajuste nos preços do açúcar; e ainda a segunda parcela do impacto inflacionário da correção salarial dada aos trabalhadores na construção civil, diluída nos índices de fevereiro e março.

Para os especialistas da Seap, dificilmente a inflação cairá abaixo dos 60% no primeiro quadrimestre. Têm esperanças, contudo, que



Abílio Diniz

Júlio César Martins

Rui Barreto

já a partir de abril as taxas começem a declinar, ainda que estejam previstas novas pressões, em consequência dos aumentos dos cigarros e do leite, que entrarão em vigor na primeira semana do mês.

De acordo com os mesmos analistas, os aumentos de preços, causados pelo aquecimento da demanda registrado no final do ano passado, e que teve a ajuda de uma imoderada expansão monetária, já foram absorvidos. A tendência, daí por diante, seria uma redução dos níveis de consumo, exceto no caso dos eletro-eletrônicos por causa da Copa do Mundo.

Durante a reunião com os representantes dos supermercados, foram confirmados problemas de abastecimento em relação a quatro produtos: cebola, detergentes, frango e ovos.

A comercialização antecipada da safra paulista e a venda dos estoques gaúchos e catarinenses poderão regularizar a oferta de cebola, ainda que o governo não afaste a possibilidade de recorrer às importações. As autoridades

acreditam que, após a Semana Santa, os preços dos ovos cairão. Não conseguiram descobrir, porém, por que os preços do frango estão subindo.

O futuro do regime

Tanto quanto decepcionados com os resultados da política econômica, os empresários estão preocupados com o futuro do regime, conforme salientou ontem o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Arthur João Donato. Ao abrir a sexta reunião da Comissão Técnica da Indústria e Comércio, ele advertiu que "o regime em que vive a Nação só tem condições de manter a estabilidade se pudermos traçar para o País uma contribuição de desenvolvimento criadora de novos empregos".

Em Curitiba, em palestra promovida pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil), o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, declarou não ter "dúvidas de que 1982 será um dos anos mais difíceis

do período do pós-guerra". Isto porque existe o risco de 82 repetir o mesmo desempenho negativo de 81, com a agravante de a situação econômica e social estar bem mais deteriorada.

A recessão, adotada pelo governo como solução para a crise, segundo Abílio Diniz, "é remédio de risco, e o País não tem condições de adotá-lo por dois anos seguidos". Para ele, a economia do País precisa crescer, este ano, acima de 6% para superar as dificuldades. Trata-se do "crescimento mínimo necessário para manter o País socialmente bom". Qualquer crescimento menor, de 4 ou 5%, significa que "voltamos ao patamar de 1980, ou seja, trabalhamos dois anos para que cada brasileiro ficasse mais pobre, pois a população cresceu e a economia não".

Deixando claro que não discorda das medidas adotadas pelo governo e sim de sua dosagem, que considera excessiva, Abílio Diniz mostrou que não existem, em qualquer dos orçamentos, monetário e fiscal, indícios de que o governo está disposto a liberar a economia. O governo tem receio, diz ele, "de que, na retomada do crescimento, perca o controle sobre o balanço de pagamentos e sobre a inflação". No entanto, o déficit público cria uma tremenda pressão inflacionária e a capacidade ociosa do setor industrial "poderá ter efeitos perversos sobre a balança comercial, pois as exportações de manufaturados podem ser afetadas pela elevação do custo de produção ditada

pela diminuição de vendas ao mercado interno".

Juros precisam baixar

A solução do empresário passa, necessariamente, pela redução das taxas de juro. Quando o governo diz que as taxas internas de juros são consequência das taxas internacionais, diz ele, "esquece que nos Estados Unidos existe uma diferença de seis pontos positivos entre a inflação e a taxa de juros e aqui temos às vezes até 30 pontos positivos de diferença". Os empresários brasileiros não desejam taxas subsidiadas, mas também não podem suportar taxas de juros muito acima da inflação. Para Abílio Diniz, é possível baixar a taxa real entre 7 e 10%, sem prejudicar a atividade financeira. Outra sugestão que ele defende é a vinculação dos empréstimos internos aos externos, possibilitando a retirada gradual do limite à expansão do crédito. Durante a palestra, o empresário enfatizou que qualquer solução para a crise deverá levar em consideração o custo social das medidas adotadas. O desemprego já está atingindo as faixas de mão-de-obra qualificada, que se somam ao contingente de trabalhadores de baixa qualificação profissional que querem ingressar, todo ano, no mercado de trabalho. Os problemas sociais decorrentes desta situação são graves e o governo, avverte Diniz, deve pensar na reativação de setores que, como a construção civil, trazem menor impacto sobre as importações.

ORTNs subirão 5,5%. Os juros, quanto?

As ORTNs terão uma valorização de 5,5% em maio, registrando um aumento acumulado de 28,48% para este ano e de 90,83% nos últimos 12 meses, segundo portaria assinada ontem pelos ministros da Fazenda,

Ernane Galvães, e do Planejamento, Delfim Neto. Em consequência, os contratos de aluguel feitos com base na evolução das ORTNs, e renováveis em maio, serão aumentados em 90,83%, o índice mais

baixo desde os 91,30% de novembro do ano passado. A portaria fixou o valor das ORTNs em Cr\$ 1.775,71, contra Cr\$ 1.683,14 em abril e Cr\$ 1.602,99 neste mês de março. A variação de 5,5% parece confirmar

as previsões do Banco Central de que o governo vai acelerar as minidesvalorizações e elevar ainda mais os juros, para incentivar as exportações e facilitar a entrada de empréstimos externos.